

O SR. ENIO TATTO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Meu líder colocou isso aqui e eu quero deixar bem claro que a bancada do Partido dos Trabalhadores não vai fazer obstrução aos projetos de deputados. O nosso problema é o projeto do empréstimo. Agora, se ele estiver em uma determinada colocação, vai atrapalhar os projetos dos deputados. Quero deixar isso bem claro, para ninguém vir colocar a culpa em nós.

O SR. ENIO TATTO - PT - Peço a suspensão dos trabalhos por dois minutos.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Não há acordo.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, há um projeto que V. Exa. colocou. É o 1.093, de 2017, que revaloriza os pisos salariais mensais dos trabalhadores que especifica, instituídos na Lei nº 12.640.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É o piso mínimo estadual. Foi, inclusive, discutido hoje no Colégio de Líderes. Está na pauta do Colégio de Líderes. Esse é o piso mínimo estadual.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Está sendo colocado, também, agora, no congresso de comissões?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - No congresso de comissões, para poder preparar, caso entendamos a necessidade de se votar esse projeto amanhã. Perfeito?

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o objeto da presente sessão, esta Presidência a dá por encerrada.

Está encerrada a sessão.

* * *

- Encerra-se a sessão a uma hora e oito minutos.

* * *

21 DE DEZEMBRO DE 2017 193ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: CORONEL TELHADA, PEDRO KAKÁ e CAUÊ MACRIS
Secretários: HÉLIO NISHIMOTO, CHICO SARDELLI e EDMIR CHEDID

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência e abre a sessão. Convoca, para hoje, uma reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle, a ter início às 15 horas e 30 minutos.

2 - DAVI ZAIA

Afirma que o estado de São Paulo chegou ao final de 2017 em boas condições fiscais. Discorre sobre os trabalhos desta Casa ao longo do ano. Menciona sua participação em audiência pública com ciclistas.

3 - ORLANDO BOLÇONE

Comenta a situação de diversos estados do País, que enfrentam dificuldades econômicas. Argumenta que São Paulo foi preservado da crise por conta das políticas aplicadas pelo Executivo. Elogia o trabalho dos secretários estaduais.

4 - WELSON GASPARI

Dá conhecimento de relatório da OMS sobre o financiamento da Saúde no Brasil. Alude aos vários problemas que afligem o sistema público de Saúde. Defende que o Poder Público destine maiores recursos ao setor.

5 - MARCOS MARTINS

Menciona reportagem acerca de denúncias que, a seu ver, atingem o governo estadual. Pede o apoio de seus pares para derrubar veto a lei, de sua autoria, que tomava precauções para diminuir a dispersão do benzeno.

6 - PEDRO KAKÁ

Assume a Presidência.

7 - CORONEL TELHADA

Manifesta sua esperança de que projeto de lei, de sua autoria, que trata da instalação de câmeras de vigilância em transportes coletivos, seja sancionado. Destaca a importância da proposta para a inibição de casos de assédio sexual.

8 - DELEGADO OLIM

Faz comentários sobre discussões, em 20/12, nesta Casa, acerca de projeto que libera a venda de bebidas alcoólicas em estádios. Declara seu apoio à proposta. Tece críticas à postura do deputado Coronel Camilo quanto à questão.

9 - CORONEL TELHADA

Para comunicação, comenta o pronunciamento do deputado Delegado Olim. Diz ser favorável a que a segurança de eventos esportivos seja feita por empresas particulares, e não pela Polícia Militar.

10 - CORONEL CAMILO

Rebate a fala do deputado Delegado Olim. Argumenta que, nesta Casa, sempre buscou o bem da população paulista, e não unicamente da Polícia. Explica sua oposição à venda de bebidas alcoólicas em estádios.

11 - CORONEL TELHADA

Solicita a suspensão dos trabalhos até as 16 horas.

12 - WELLINGTON MOURA

Discorda do pedido do deputado Coronel Telhada. Requer a suspensão da sessão por cinco minutos, por acordo de lideranças.

13 - PRESIDENTE PEDRO KAKÁ

Defere o pedido e suspende a sessão às 15h24min.

14 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência e abre a sessão às 15h25min.

15 - WELLINGTON MOURA

Solicita a suspensão dos trabalhos até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.

16 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA

Defere o pedido e suspende a sessão às 15h25min.

17 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Assume a direção dos trabalhos e abre a sessão às 16h30min. Convoca reunião da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento para hoje, às 16 horas e 45 minutos; às 17 horas e 15 minutos; e às 17 horas e 45 minutos; e reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle a realizar-se hoje, às 17 horas; às 17 horas e 30 minutos; e às 18 horas.

18 - MÁRCIA LIA

Pelo art. 82, discorre sobre recente decisão do STF, que determinou a prisão do deputado federal Paulo Maluf. Manifesta solidariedade aos familiares do político. Faz comentários sobre a PEC 33, que trata da redução da maioridade penal. Declara-se veementemente contra a matéria.

ORDEM DO DIA

19 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Consulta os senhores líderes se haveria acordo para a suspensão da sessão até as 18 horas e 45 minutos.

20 - ALENCAR SANTANA BRAGA

Responde que a bancada petista discorda da proposta apresentada pelo presidente.

21 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Convoca os Srs. Deputados para uma sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término da presente sessão.

22 - CAMPOS MACHADO

Requer verificação de presença.

23 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando constatado quórum.

24 - CEZINHA DE MADUREIRA

Solicita a suspensão da sessão até as 18 horas e 45 minutos, por acordo de lideranças.

25 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido e suspende a sessão às 16h44min, reabrindo-a às 18h45min.

26 - CAMPOS MACHADO

Solicita a prorrogação da sessão por 2 horas e 30 minutos.

27 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Anota o pedido.

28 - ALENCAR SANTANA BRAGA

Para comunicação, pede esclarecimentos quanto ao acordo firmado antes da suspensão da sessão.

29 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Confirma o entendimento do parlamentar.

30 - CAMPOS MACHADO

Para comunicação, questiona a Presidência quanto ao acordo firmado entre o Partido dos Trabalhadores e a liderança do Governo.

31 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Reitera o teor do acordo já informado ao deputado Alencar Santana Braga.

32 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Suspende a sessão por cinco minutos, por acordo de lideranças, às 18h47min, reabrindo-a às 18h54min.

33 - ANDRÉ SOARES

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

34 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Anota o pedido.

35 - ALENCAR SANTANA BRAGA

Para comunicação, manifesta-se acerca do pedido de prorrogação de tempo da presente sessão.

36 - BARROS MUNHOZ

Para comunicação, posiciona-se contra a prorrogação da sessão.

37 - CAMPOS MACHADO

Para comunicação, pede esclarecimentos sobre a prorrogação de tempo da sessão.

38 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Suspende a sessão por dois minutos, por acordo de lideranças, às 18h56min, reabrindo-a às 19h. Coloca em votação e declara rejeitado o pedido de prorrogação de tempo da sessão, apresentada pelo deputado Campos Machado. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 22/12, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a realização da sessão extraordinária, para as 19 horas e 10 minutos de hoje. Encerra a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convindo o Sr. Deputado Hélio Nishimoto para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - HÉLIO NISHIMOTO - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nos termos do Art. 18, inciso III, alínea "d", do Regimento Interno, esta Presidência convoca reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle a realizar-se hoje, às 15 horas e 30 minutos, com a finalidade de apreciar a seguinte matéria em Regime de Urgência: PDL nº 14/17, que aprova as contas do Sr. Governador no exercício de 2016, a se realizar no Plenário Tiradentes.

Tem a palavra o nobre deputado Chico Sardelli. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlão Pignatari. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Alesp, aproveite a oportunidade neste momento para poder mais uma vez utilizar a tribuna da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo neste final do ano de 2017, um ano em que tivemos uma situação muito difícil no País, uma situação econômica e política de muitos fatos que demandaram o trabalho intenso de todos nós. Mas este é um ano que nos deixa satisfeitos enquanto deputados desta Casa, representantes do povo paulista, porque vemos que o estado de São Paulo consegue chegar ao final do ano em boas condições e, acima de tudo, comparado com o restante do País, em uma situação de equilíbrio.

Nós vimos hoje de manhã nos jornais que pelo menos cinco estados estão com dificuldade de pagar o 13º salário dos seus funcionários. Temos cerca de um milhão e meio de servidores públicos sem a perspectiva de receber o 13º salário. E aqui no estado de São Paulo nós não só temos a situação dos funcionários em dia, como estivemos agora no Palácio dos Bandeirantes com a oportunidade de acompanhar vários prefeitos assinando diversos convênios, indicações que foram feitas pelos senhores deputados. Eram convênios do Detran, da Habitação, convênios do Turismo, convênios da área de Esportes, convênios da própria Casa Civil, recursos para os municípios.

Portanto, é muito bom que tenhamos essa situação. Para isso contribuiu o esforço desta Casa que analisou inúmeros projetos e esses projetos aprovados permitiram que o estado de São Paulo contratasse financiamentos, contratasse recursos e, com isso, chegasse a essa situação que nós estamos vivendo hoje.

Então, primeiro quero registrar isso: o dever cumprido, o trabalho intenso durante o ano desta Casa, de todos os Srs. Deputados que permitiu que nós pudéssemos aprovar aqui inúmeros projetos que ajudaram para que o estado de São Paulo chegasse a essa situação.

Quero também aproveitar para dizer que ontem tive a oportunidade de participar de uma audiência pública, realizada aqui no auditório Franco Montoro, audiência essa que foi convocada pelo deputado Alencar Santana Braga, e o deputado Enio Tatto. Eu tenho já participado há bastante tempo acompanhando o movimento dos ciclistas aqui do estado de São Paulo.

Cada vez mais nós temos pessoas utilizando as bicicletas, tanto para trabalho, como meio de locomoção, como também para lazer e turismo. Uma das práticas, que já existe há vários anos, é um grupo de ciclistas que promove uma descida de São Paulo a Santos de bicicleta, utilizando para isso trechos do sistema Anchieta-Imigrantes, mas também utilizando áreas dentro da Serra do Mar, utilizando a estrada que tem ali de manutenção, que é uma estrada onde não circulam carros, caminhões.

Há dois domingos atrás, mais de três mil ciclistas promoveram isso. Infelizmente, a Ecovias, que administra o sistema Anchieta-Imigrantes, tem se recusado a tomar as medidas necessárias para que os ciclistas possam descer em segurança. E nesse último dia 10, quando os ciclistas estavam descendo de forma organizada, utilizando o acostamento, eles foram orientados a se dirigir para um determinado local, num entroncamento, e aí se impediu a passagem deles, o que provocou uma concentração de ciclistas num único local, e isso impediu a passagem dos veículos. E a Ecovias, tendo conseguido uma liminar de um juiz que proibia que fosse feito esse passeio, inclusive foi relatado que o juiz fez uma confusão na interpretação da lei. Ele utilizou uma lei que proíbe as bicicletas de utilizarem o passeio, mas o artigo diz que se refere ao passeio que é a calçada - as bicicletas não podem circular pelo passeio. Mas passeio, no referido artigo, se refere à calçada e não ao passeio turístico que eles estavam realizando. Mas, por incrível que pareça, baseado nisso que o juiz concedeu a liminar. E isso gerou, então, uma situação que acabou derivando para uma ação da Polícia, em que muitos ciclistas foram atingidos - foi um tumulto total - e com isso também houve a interrupção do tráfego naquela importante via.

Então, nosso apelo é para que a Ecovias - nós vamos encaminhar isso - a Artep tomem as medidas necessárias para que se cumpra a lei e os ciclistas possam ter o seu direito garantido de ir e vir, como é constitucional, e que a Ecovias tome as medidas necessárias para garantir que todos aqueles que querem ir à praia de bicicleta possam ir, como aqueles que querem andar de bicicleta aqui na cidade também possam fazê-lo.

Foi uma audiência muito concorrida. Nós vamos estar junto com os ciclistas para garantir o seu direito. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolgone.

O SR. ORLANDO BOLÇONE - PSB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, vou dar sequência à fala do deputado Davi Zaia a respeito do evento que ocorreu hoje, no Palácio dos Bandeirantes, onde foram assinados diversos convênios. Quero reafirmar o registro feito pelo deputado Davi Zaia, no sentido do momento altamente preocupante que vivemos no nosso país.

Cinco estados dos mais importantes - Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Espírito Santo - não estão conseguindo pagar seu décimo terceiro. O Rio, por exemplo, fez um empréstimo, seguindo a orientação da recomposição das dívidas, tema que já foi discutido anteriormente, até nesta Assembleia. A legislação permitiu que os estados pudessem recompor suas dívidas, substituindo o antigo EGP, na sua correção, pela Selic. O Rio, com esses recursos, está pagando o décimo terceiro de 2016. É altamente preocupante.

Façamos um paralelo com o estado de São Paulo. Houve esse evento, no final do ano, em que o governador e os diversos secretários assinaram um convênio e, mais do que isso, proporcionaram uma dimensão e uma política pública das mais exitosas, principalmente levando em consideração a crise que vivemos.

O secretário de Turismo, Fabricio Cobra, assumiu de forma brilhante aquela pasta. Ele assinou, hoje, novos Municípios de Interesse Turístico. Ele deu o recado de que prepara, já para a próxima semana ou para o mês de janeiro, a assinatura de mais convênios, passando mais recursos. E também enviará a esta Casa, até o final de janeiro, um volume perto de 30 ou 40 novos municípios que estão sendo selecionados como de interesse turístico. Isso demonstra que o estado de São Paulo escolheu o turismo como uma estratégia de desenvolvimento econômico e social.

De outro lado, o secretário Rodrigo Garcia assinou convênio com a Caixa Econômica Federal, através do seu vice-presidente de Habitação, conveniando recursos para programas habitacionais. Neles, o estado de São Paulo entra com parte dos recursos, e a outra parte é da Caixa Econômica Federal. Isso possibilita manter um programa que equaciona a questão habitacional, principalmente nos pequenos e médios municípios. Além disso, cada casa que está sendo construída gera um emprego e meio. Isso dá dinamismo à economia do estado de São Paulo. Há, ainda, convênios com a Secretaria de Esporte e Lazer, do secretário Paulo Maiurino.

Então, o estado de São Paulo, em um momento em que os outros estados - praticamente todos os outros - estão parados, alguns em situação falimentar, dá esse exemplo de dinamismo, que demonstra uma política pública exitosa, desenvolvida pelo governador Geraldo Alckmin e sua equipe.

Demonstra, também, através da assinatura de convênios com o Detran, a busca por programas de segurança através de programas de sinalização. Esses programas possibilitam que se evitem acidentes e são muito importantes.

Essa é a demonstração de uma política completa e integrada das diversas áreas nesse momento difícil que o País vive.

Mas, para o ano que vem, temos uma expectativa positiva. O Orçamento que estamos analisando na Comissão de Finanças e Orçamento nos dá um indicador de crescimento de 2,5% do PIB paulista, nos dando, assim, uma perspectiva de inflação de 4,5, ou seja, um aumento na movimentação da economia paulista de quase seis por cento.

Assim, acho que as luzes que estão chegando neste ano novo são excelentes, mas registro de forma enfática que São Paulo deu o exemplo e trabalha de forma firme para que essa passagem seja uma experiência vivida e que nos torne cada vez mais fortes, tranquilos e resilientes na certeza de que teremos um futuro ainda melhor.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Roberto Massafra. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Engler. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini.

O SR. WELSON GASPARI - PSDB - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados: a Saúde, hoje, no Brasil, é uma vergonha nacional.

A Organização Mundial da Saúde apresentou, recentemente, um relatório completo do financiamento da Saúde e demonstrou uma triste realidade: o custo médio da Saúde ao bolso de um brasileiro é superior à média mundial.

Afirma a Organização Mundial da Saúde: as famílias brasileiras ainda destinam mais recursos para a Saúde que os nossos próprios governantes. Para podermos compreender o absurdo vivido no Brasil, em termos absolutos, o Governo brasileiro destina à Saúde de um cidadão um décimo do destinado pelos governos da Europa aos seus.

Consta, ainda, no relatório oficial da Organização Mundial da Saúde: 56% dos gastos com a Saúde no Brasil vêm das poupanças e das rendas das pessoas. É uma das mais altas taxas do mundo. É necessária e urgente, portanto, uma mudança de comportamento no relacionado aos recursos públicos destinados à Saúde.

Nossos hospitais estão lotados, nossos postos de saúde - os chamados atendimentos 24 horas - apresentam filas enormes, com doentes esperando várias horas para um atendimento. O número de médicos é insuficiente para maior rapidez no atendimento. Muitos postos e hospitais não possuem os equipamentos e aparelhos que possibilitem diagnósticos rápidos e eficazes. Além disso, é preciso destacar: poucos são

os remédios distribuídos gratuitamente pela rede pública e os preços de remédios nas farmácias particulares custam verdadeiras fortunas. Muitas vezes, o alto custo impede o doente de seguir o receituário recebido, fazendo com que, regra geral, seja agravado o seu estado de saúde.

Nós precisamos mudar essa situação e com urgência. Muitas vidas estão sendo perdidas e muitos brasileiros ficam com graves sequelas físicas por falta de maiores recursos dos poderes públicos para esse importante setor da Saúde. Os impostos no Brasil são elevadíssimos: não dá, assim, para pensar em aumentar tributos para buscar mais recursos. É preciso, isso sim, escalonar prioridades, fazendo economia em setores desnecessários e destinando maiores verbas para a Saúde. Não dá para esperar mais. Comparando com os demais países, é uma vergonha a situação do Brasil nessa área tão importante da Saúde.

Que os nossos governantes atendam já ao clamor de milhões de brasileiros, homens, mulheres, velhos e crianças sofrendo as dores da falta de um atendimento correto na área da Saúde em nosso país. Por isso, concluímos: no Brasil, o setor da Saúde é uma vergonha nacional.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Vítor Sapienza. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marco Vinholi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiat. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins.

O SR. MARCOS MARTINS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, aqueles que acompanham pelo som nesta Casa, nós estamos mais uma vez nesse momento de final de ano, de Natal, e um pouco de crise, de maneira generalizada, aqui no estado de São Paulo. São muitas denúncias contra o Governo do Estado, e o jornal "O Estado de S. Paulo" traz: "Camargo Corrêa aponta cartel do CPMF e prepara as investigações." Isso mostra que o estado de São Paulo tem o maior número de denúncias de propinas em empresas. É um conjunto muito grande de denúncias, com pesquisas mostrando isso, de que o estado de São Paulo não é um estado do outro mundo. Quando os deputados falam, parece que nós não estamos no Brasil, que o estado de São Paulo é separado. Mas a realidade mostra o quadro dramático que vivemos na Saúde. Cada deputado que vem aqui fala da saúde, mas costuma refletir a nacional. Mas transfira também para o estado de São Paulo que a crise é generalizada: na Educação, na Saúde e no Transporte.

Nesse mar de crise e de problemas no País e no estado de São Paulo, nós temos uma luta já de algum tempo e eu tenho falado com alguns deputados. Aparentemente é uma coisa pequena, mas é um projeto de minha autoria que nós tivemos o veto do governador. O projeto é sobre a proibição do uso da bomba de combustível após o gatilho dar o sinal.

Só para ter uma ideia da gravidade do que é isso, aparentemente parece que é um deputado pedindo apoio para uma coisa pessoal. Mas observem o quadro. A técnica que esteve aqui presente para prestar esclarecimento do Programa de Vigilância em Postos de Combustíveis, áreas contaminadas no estado de São Paulo disse que 65% das cidades do estado de São Paulo estão contaminadas com benzeno.

Os municípios estão contaminados de benzeno e nós assistimos aqui o veto do governador de um projeto que apenas pedia precauções e prevenção ao não abastecer além do gatilho da bomba de combustível. O governador, que é médico, vetou esse projeto, encontrando, por outro lado, mais de 64% das cidades de São Paulo contaminadas pelo benzeno. São 4.137 postos onde o resíduo se encontra em excesso, atingindo também o meio ambiente.

Veja a gravidade. É um produto que contamina o meio ambiente, contamina as pessoas e causa transtornos da saúde às pessoas. É um produto cancerígeno e nós estamos insistindo e pedindo para que os deputados nos ajudem a derrubar esse veto. Nós sabemos que é uma coisa pequena, de prevenção, mas pelo menos respeitar o que já existe nas bombas de combustível.

O estado de São Paulo tem quase 65% de cidades contaminadas por esse produto e o governador vetou. Eu peço que a gente derrube esse veto porque não se trata de uma coisa pessoal, mas é a Saúde pública e o Meio Ambiente que estão em jogo - e isso nós não podemos concordar depois de tantas denúncias que assistimos aqui das propinas no estado de São Paulo.

No mínimo, precisamos ter prevenções para que não aconteçam mais contaminações. Quase 65 cidades no estado de São Paulo estão contaminadas com este produto, que sai do combustível.

Eu volto a insistir. Será que a Assembleia Legislativa, que votou este projeto, que foi aprovado, vai concordar que não haja nenhuma ação para impedir que esse veto continue, nenhuma ação para poder dizer que é preciso ter prevenção? O estado de São Paulo está deixando de cumprir sua obrigação.

Tenho aqui um resumo desta apresentação, feita pela técnica de vigilância sanitária, aqui na Comissão de Saúde. Nem ela queriam que viesse. Uma técnica da própria Secretaria da Saúde do Estado.

Não é uma invenção de pessoas de fora. É a própria técnica da Secretaria de Saúde do Estado. Eles permitiram que ela viesse. Nós tivemos que fazer uma convocação. Vejam que absurdo. Isso não pode continuar. Osasso não pode ser conveniente com essa responsabilidade com mais de 64 cidades contaminadas com benzeno.

Não se fala mais só da Saúde. São cidades inteiras. Quantas pessoas moram em cada cidade? Agradeço pela benevolência de V. Exa., mas encerro aqui minhas palavras.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Pedro Kaká.

* * *

O SR. PRESIDENTE - PEDRO KAKÁ - PODE - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Junior Aprillanti. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gileno Gomes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Gian-nazi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado André Soares. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marta Costa. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Morais. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos que nos acompanham pelas galerias, eu ouvi atentamente meus antecessores, os deputados com várias causas sendo trabalhadas e batalhadas.

Quero parabenizar a todos. Sabem todos os deputados que, indistintamente de partido e ideologia, nós lutamos aqui pelo bem do cidadão, pelo bem da sociedade paulista.

Esse é o assunto que me traz aqui hoje, Sr. Presidente. Nós tivemos, nesta Casa, um projeto de lei encaminhado. Trata-se do Projeto de lei nº 556, de 2016, que foi votado neste plenário, aprovado, e foi para o governador.